



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0332915-9

AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0001016-54.2006.8.17.0640

COMARCA : Garanhuns – 1ª Vara Criminal

IMPETRANTE : Luiz Afonso de Oliveira Jardim

PACIENTE : Maquidoves Marcolino Alves

RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RÉU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGADO O DIREITO DE O RÉU APELAR EM LIBERDADE. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

I – Não há constrangimento ilegal na negativa do direito de aguardar em liberdade o julgamento do recurso de Apelação, por ocasião da prolação da sentença condenatória, daquele que permaneceu preso durante toda a instrução do processo, pois a manutenção na prisão constitui um dos efeitos da respectiva condenação. Precedentes.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0332915-9 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 01 de junho de 2014.


Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0332915-9

AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0001016-54.2006.8.17.0640

COMARCA : Garanhuns – 1ª Vara Criminal

IMPETRANTE : Luiz Afonso de Oliveira Jardim

PACIENTE : Maquidoves Marcolino Alves

RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

RELATÓRIO

O Bel. **Luis Afonso de Oliveira jardim** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **MAQUIDOVES MARCOLINO ALVES**, alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por lhe haver sido negado o direito de apelar em liberdade no processo-crime nº **0001016-54.2006.8.17.0640** a que respondeu perante o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns, como incurso nas sanções previstas nos art. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal Brasileiro.

Alega o impetrante que o paciente, ainda na fase de inquérito policial fora preso por força de mandado de prisão preventiva decretado pelo juízo *a quo*, permanecendo preso durante a instrução criminal, sendo pronunciado, ocasião em que foi revogada a prisão cautelar.

Designada a sessão do Tribunal do Júri, o paciente não compareceu ao ato, ocasião em que seus defensores autorizaram a realização do júri sem a sua presença, a teor do que dispõe o art. 457, do CPP.

Realizado o julgamento perante o Tribunal do Júri, o paciente foi condenado a reprimenda de 16 (dezesseis) anos, 10 (dez) meses e 27 (vinte e sete) dias de reclusão em regime inicialmente fechado por infração ao disposto no art. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal Brasileiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

A motivação da impetração do presente *writ* é a privação do paciente do seu direito constitucional de recorrer em liberdade, pois a douta magistrada sentenciante não apresentou elementos idôneos a ensejar a decretação da prisão preventiva do paciente, numa nítida decisão que pretende antecipar a pena do paciente, portanto, carece de fundamentação idônea e é ilegal por tal razão.

À inicial foram acostados os documentos de fls.16/31.

Às fls.38/39, o eminente Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção indeferiu o provimento interino vindicado na atriial e solicitou informações à autoridade coatora.

Pedido de reconsideração formulado pelo impetrante às fls.45/46.

Às fls.54/59, a autoridade apontada coatora prestou informações.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a. Laíse Tarcília Rosa de Queiroz ofereceu parecer às fls.62/66, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 01 de junho de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0332915-9

AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0001016-54.2006.8.17.0640

COMARCA : Garanhuns – 1ª Vara Criminal

IMPETRANTE : Luiz Afonso de Oliveira Jardim

PACIENTE : Maquidoves Marcolino Alves

RELATORA : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz

VOTO

Insurgem-se, o impetrante, contra a sentença penal proferida em desfavor do paciente, que condenou o mesmo à pena de 16 (dezesseis) anos, 10 (dez) meses e 27 (vinte e sete) dias de reclusão em regime inicialmente fechado por infração ao disposto no art. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal Brasileiro, negando-lhe o direito de apelar em liberdade, ao argumento de que inexistente, na hipótese dos autos, configuração de qualquer dos pressupostos insitos no art. 312, do CPP, fazendo jus o sentenciado ao direito de recorrer sem se recolher à prisão, já que é réu primário e de bons antecedentes, configurando o prefalado decreto prisional em afronta ao princípio da presunção da inocência, consoante alega o impetrante.

O MM Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Garanhuns, por ocasião da prolação da sentença condenatória em desfavor do ora paciente, negou ao acusado o apelo em liberdade nos seguintes termos (fl58/59):

"(...) Nego ao réu o direito de recorrer em liberdade, não obstante ter permanecido solto durante parte do processo.

Entendo presentes os requisitos da prisão preventiva, em especial a aplicação da lei penal e a garantia da ordem pública, inclusive em razão de condenação pelo Tribunal do Júri desta Comarca na data de hoje.

Permanecendo o réu solto, após condenação pelo Egrégio Tribunal do Júri desta Comarca, haverá



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

certamente, por parte dos cidadãos e jurados a sensação de descrédito, fundamento que é hábil para a decretação da prisão preventiva. (...) Justamente na sentença, após o esclarecimento dos fatos perante o Tribunal do Júri, que se teve maior conhecimento da gravidade que cercou a prática dos delitos e do real envolvimento do réu, o que justifica, incontestemente de dúvidas, a imposição da custódia nesse momento processual"; (...) (DESTAQUEI)

Ao meu sentir, não há constrangimento ilegal no indeferimento do direito de apelar em liberdade, por ocasião da prolação da sentença condenatória, daquele que respondeu preso boa parte da instrução processual, mormente porque os Tribunais Superiores firmaram a compreensão de que o réu mantido custodiado durante toda a instrução criminal deve assim permanecer, como um dos consectários lógicos e necessários da condenação.

Neste sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. 1. HOMICÍDIO QUALIFICADO. 2. PRISÃO PREVENTIVA. MANUTENÇÃO DA MEDIDA EXTREMA NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA E APÓS O JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. 3. NEGATIVA DE APELO EM LIBERDADE. RÉUS PRESOS DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 4. RECURSO IMPROVIDO.

1. A liberdade, não se pode olvidar, é a regra em nosso ordenamento constitucional, somente sendo possível sua mitigação em hipóteses estritamente necessárias. Entretanto, a prisão de natureza cautelar não conflita com a presunção de inocência, quando devidamente fundamentada pelo juiz a sua necessidade. 2. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não se concede o direito de recorrer em liberdade a réu que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

permaneceu preso durante toda a instrução do processo, pois a manutenção na prisão constitui um dos efeitos da respectiva condenação. Precedentes. 3. Na espécie, o Magistrado de primeiro grau, ao manter a custódia na sentença de pronúncia e, também, após o julgamento pelo Tribunal do Júri, reportou-se aos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva - o que, por si só, não configura nenhuma ilegalidade, salvo se a própria decisão que determinou a medida extrema estiver desmotivada, hipótese não ocorrente no caso dos autos. Ao se referir, expressamente, às razões que alicerçaram a ordem de prisão, está o juiz a promover a incorporação, ao ato decisório, da motivação declinada anteriormente, justamente ante a ausência de alteração da situação fática desde a determinação da custódia, o que atende a um só tempo ao comando constitucional previsto no art. 93, IX, da Constituição Federal, e ao disposto no art. 413, § 3º, do Código de Processo Penal. 4. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento. (RHC 35.025/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 22/08/2013).

Ademais, é inconciliável com a realidade processual manter-se o acusado preso durante a instrução e, após a sua condenação, colocá-lo em liberdade, porque depois de tal provimento judicial se tem como reforçado ou densificado o acervo incriminatório coletado contra o réu.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer ministerial, denego a ordem.

Recife, 31 de junho de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora